

60 anos do golpe de 1964 | Entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta


60 years since the 1964 coup in Brazil | Interview with Rodrigo Patto Sá Motta

Rodrigo Patto Sá Motta*

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Entrevista realizada por e-mail, entre outubro e novembro de 2024, pela Equipe Editorial.

* Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo; Mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: rodrigopsamotta@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0158-6501>

 <http://lattes.cnpq.br/5564617043735745>

Rodrigo Patto Sá Motta é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. É membro da Latin American Studies Association (LASA) e International Commission for the History and Theory of Historiography (ICHTH).

Atua principalmente no campo da história política, pesquisando tanto temas da vertente clássica (partidos, instituições etc.) como abordagens que dialogam com a “nova história” (representações, iconografia, cultura política). Suas pesquisas recentes se concentram em questões relacionadas ao golpe de 1964 e ao regime militar, envolvendo temas como repressão política, anticomunismo, política universitária, memória e atuação das esquerdas.

É autor dos livros *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* (2002) e *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* (2021) e co-organizador de *As ditaduras argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca do consentimento* (2023), com Daniel Lvovich.

* * *

A seu ver, que elementos históricos e historiográficos devem ser destacados neste aniversário do golpe de 1964 e do período ditatorial que se seguiu?

Um ponto essencial a destacar, e que já comecei a abordar no item anterior, é que o tema se tornou ainda mais politizado, portanto, ficou mais polêmico e mais arriscado. O crescimento das forças autoritárias de direita que ocorreu nos últimos anos, particularmente no contexto do impeachment de 2016 e das eleições de 2018, provocou uma mobilização de representações sobre 1964 em chave positiva e nostálgica.

Uma vez no poder, o bolsonarismo estimulou a revalorização da memória do regime militar, e investiu em divulgar uma memória positiva sobre 1964. Poucos meses após o início de seu governo, no dia 31 de março de 2019, Bolsonaro aproveitou a data para exaltar a ditadura e aprofundar sua guerra cultural contra a esquerda, determinando que os quartéis comemorassem o evento. Nos anos seguintes, ele e seus comandantes militares voltaram ao tema diversas vezes, insistindo em defender um legado positivo de 1964 que passava pela negação de que houve um golpe e uma ditadura; ao contrário, tais eventos foram apresentados como ações democráticas para salvar o país do comunismo e da desordem. Os seguidores da direita autoritária fizeram movimento semelhante nas redes sociais e mídias digitais, alcançando ampla divulgação.

Um dos desdobramentos dessa politização à direita da história recente foi empurrar os

historiadores para o centro do furacão, tornando-nos alvos da extrema-direita. É importante registrar que no sistema escolar os efeitos foram mais graves, já que muitos professores perderam o emprego devido à perseguição ideológica. Já os historiadores integrantes do sistema universitário raramente perderam o emprego, pelo menos no setor público. Mesmo assim, foram alvos de críticas, de ameaças nas redes sociais e mesmo de tentativas de censura, por exemplo, quando uma lista de historiadores “inconvenientes” (estudiosos da ditadura ou dos movimentos LGBTQI) foi enviada ao CNPq, no final de 2019, certamente uma tentativa de pressionar pelo corte de financiamento à pesquisa.

Portanto, no contexto recente aumentaram os riscos para quem pesquisa a temática da ditadura, assim como a responsabilidade acadêmica e cívica. Mobilizar-se contra as ameaças autoritárias passou a ser um imperativo cívico, em defesa da democracia, mas, também, em favor do livre exercício profissional e da historiografia acadêmica. Daí a intensificação da atuação pública dos historiadores que, para além do trabalho habitual nos sistemas de ensino básico e superior, ampliaram o ativismo na mídia tradicional, nas mídias digitais e nas redes sociais, tentando contrapor-se à avalanche de desinformação, *fake news* e negacionismo. Entretanto, é importante não descuidar da produção de histórias marcadas pelo rigor acadêmico. É preciso mostrar que os discursos dos negacionistas e demais falsificadores são falaciosos e não merecem crédito do público. E isso passa necessariamente pela defesa dos procedimentos de base científica, que são essenciais para a produção de histórias marcadas pela qualidade e credibilidade, além de serem um ponto de partida para a batalha da divulgação e para o enfrentamento dos embates públicos. Naturalmente, isso não é suficiente para enfrentar as disputas nos espaços públicos e nas redes sociais, mas é um ponto de partida incontornável, na minha opinião. Para além disso, há que desenvolver estratégias de comunicação adequadas às novas mídias e redes sociais, de modo a alcançar setores da população distantes do mundo escolar, das universidades e das mídias tradicionais.

Qual a sua avaliação sobre a situação dos arquivos e acervos relativos à ditadura no país?

Em primeiro lugar, é importante destacar que temos um acervo documental muito volumoso, maior do que dispõem os países vizinhos que experimentaram ditaduras semelhantes. A ditadura brasileira era muito burocratizada e com isso produziu e preservou grande massa documental. Por exemplo, não se encontra em outros países da região um acervo como o da Divisão de Censura (DCDP) da Polícia Federal, que tem sido explorado há anos por vários pesquisadores. A censura era realizada em todas as ditaduras da região, mas raramente de maneira tão regrada e burocratizada como no Brasil. Os acervos dos órgãos de informação são igualmente imensos, desde o Serviço Nacional de Informações (SNI) às Divisões de Segurança e Informações (DSI), passando pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), e todo esse material levará muito tempo para ser explorado devidamente.

Então há muito o que fazer, muito o que pesquisar, muitas informações a serem colhidas para o devido processamento na operação historiográfica.

Por outro lado, acervos importantes da ditadura, que poderiam esclarecer muitos casos de desaparecimento de pessoas, continuam inacessíveis, principalmente o do Centro de Informações do Exército (CIE), que foi responsável por muitas mortes. Então é preciso continuar as buscas e criar um movimento de pressão política para tentar a localização e o recolhimento desses acervos ainda inacessíveis, e seu devido recolhimento em instituições públicas de memória. Ainda no que toca aos limites e aspectos negativos desse cenário, é importante lembrar que os acervos disponíveis passaram por processos de depuração feitos por agentes da ditadura, visando a proteger a si mesmos e seus aliados ou colaboradores. Por isso eles destruíram ou levaram para casa parte da documentação, de modo que os acervos são incompletos. De toda forma, o material disponível tem permitido pesquisas importantes sobre o funcionamento da ditadura e sua dinâmica interna. Em resumo, temos que continuar reclamando a localização de acervos inacessíveis, mas, ao mesmo tempo, explorar mais as informações que estão à mão (e muitas vezes *online*, uma facilidade de que muitos países não dispõem).

A partir de 2016, mas sobretudo durante o governo Bolsonaro, houve a desmobilização e mesmo o desmonte das iniciativas governamentais e institucionais referentes à “Justiça de Transição” – p.ex., Comissão da Anistia, Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, Mecanismo Nacional contra a Tortura, ações de reparação material ou simbólica, etc. Qual sua opinião a respeito e quais as perspectivas de uma “Justiça de Transição” no Brasil?

Aqui vai uma resposta breve. No Brasil, a chamada justiça de transição sempre foi enviesada, mais propensa a oferecer reparações simbólicas e materiais do que a enfrentar as polêmicas que seriam provocadas por processos judiciais. Isso tem a ver com a tendência à acomodação política, que é onipresente no país, à direita e à esquerda, mas também se deve à pressão nos bastidores realizada pelos militares. Com o crescimento da força e da influência pública da direita autoritária nos últimos anos, avançar com a pauta da justiça de transição tornou-se mais difícil e oneroso politicamente, mesmo para um governo inclinado à esquerda como o atual.

No que tange ao crescente processo de militarização vivenciado pela sociedade e a política brasileira, como podem ser observadas as relações entre o passado ditatorial e o presente?

Há algumas décadas, a teoria da história tem questionado as visões tradicionais sobre o tempo e os fenômenos da temporalidade, que se baseavam em perspectiva linear sobre as relações passado-presente-futuro, como se elas configurassem uma sequência perfeita e unidirecional. Mas nem sempre as linhas divisórias entre as temporalidades são nítidas, de forma que o que passou pode seguir presente de diferentes maneiras. Para usar uma metáfora instigante de Chris Lorenz, o passado não é necessariamente frio e morto, mas pode continuar bem quente no nosso presente. Essas reflexões teóricas se aplicam de modo intenso à história recente ou história do tempo presente, e particularmente à história do golpe de 64 e da ditadura militar. Retomando a metáfora de Lorenz, para usá-la de maneira hiperbólica, no nosso caso o calor desse passado é intenso ao ponto de parecer que nos queimará. A forte presença da ditadura, ainda hoje, naturalmente tem relação com os conflitos políticos recentes, sobretudo com a ascensão da extrema-direita. Esses movimentos políticos, em especial o fenômeno bolsonarista, tornaram o passado da ditadura ainda mais presente entre nós. Um passado vivo, quente e ameaçador.

Obviamente, a presença de 1964 tem a ver com as contas pendentes, com o tipo de transição política operado no Brasil, que apostou no esquecimento e evitou um enfrentamento mais agudo do legado de violência da ditadura. Nesse quadro, foi mais fácil para a corporação militar manter-se unida e coesa, “saindo” da ditadura forte e intocada, e mais, acreditando que salvou o Brasil de “terríveis” perigos. É claro que se os militares tivessem sido punidos isso não seria uma garantia contra futuras recidivas autoritárias; mas a memória dos custos (processos criminais, prejuízos à carreira) da participação em uma ditadura poderia ter servido de freio para os nostálgicos, que pensariam duas vezes antes de meter-se em outra aventura autoritária.

De todo modo, o acirramento das disputas direita x esquerda nos anos recentes e sobretudo o crescimento da força da direita autoritária, fenômeno que alimentou e foi alimentado pelo bolsonarismo, implicou o retorno dos militares à cena pública. Se durante a fase inicial da Nova República eles permaneceram poderosos, mas agindo nas sombras, no período recente eles voltaram a ter protagonismo público, principalmente nos governos Temer e Bolsonaro, que os estimularam e afagaram.

Dessa forma, os militares voltaram a ser um grupo muito poderoso e com protagonismo público. E os valores militares tradicionais (hierarquia, ordem, disciplina, segurança) ampliaram sua força e sua influência, com muitas pessoas os abraçando e defendendo, e com isso elegendo para cargos públicos vários candidatos capitães, sargentos, coronéis etc. É certo que esse processo de militarização da política e do espaço público, que infelizmente envolve o sistema escolar (as lamentáveis escolas cívico-militares), tem a ver com outros fatores, principalmente a insegurança e o alto nível de criminalidade comum nas

metrópoles, que assustam a população e tornam politicamente atraentes as promessas de aumento da segurança. Porém, para a conformação dessa militarização do cenário público, a memória e a presença da ditadura têm um papel relevante. Portanto, a recente tendência à revalorização dos militares e de seus valores característicos, inclusive da memória da ditadura militar, tem a ver com a guinada à direita que experimentamos cerca de dez anos atrás, um processo que, aliás, tem muitas conexões transnacionais. A direita autoritária em ascensão incensou os militares, buscando apoiar-se nos quartéis, e uma parte expressiva dos fardados respondeu com entusiasmo, por sua vez ajudando a articular o bolsonarismo.

Referências

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo P. S.; LVOVICH, Daniel (Orgs.). *As ditaduras argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca do consentimento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2023.